Armas estratégicas, Guerra Fria e Terceiro Mundo

Noam Chomsky

As manifestações que agora se sucedem por todos os Estados Unidos são uma contrapartida doméstica ao movimento popular de massas que crescem na Europa Ocidental — um movimento que reflete a profunda preocupação de que podemos estar vivendo os momentos finais de nossa civilização, e até possivelmente a extinção da existência humana. Não é uma preocupação infundada. Qualquer pessoa sã e racional que observe a escala e o caráter do poder militar contemporâneo, a enorme expansão atual dos arsenais das superpotências e a proliferação dos armamentos por todo o mundo, seguramente teria de concluir que não é pequena a probabilidade de uma catástrofe global.

De fato, pode-se afirmar que é um milagre que a catástrofe ainda não tenha ocorrido. Entre novembro de 1946 e outubro de 1973, houve 19 incidentes em que se envolveram as forças nucleares estratégicas norte-americanas (não temos o registro desse período em diante, nem os registros quanto à URSS e outras potências). Para dizer claramente, isso significa que cada presidente dos EUA encarou o uso de armas nucleares como uma opção política à nação. Os exemplos são instrutivos. Eis alguns:

1) O mais conhecido é a crise dos mísseis em Cuba, em 1962. De acordo com as biografias dos participantes, o governo Kennedy, no auge da crise, calculava a probabilidade de guerra nuclear entre 1/3 e 1/2. Mas ele relutou em aceitar um acordo que incluísse uma completa retirada dos mísseis russos de Cuba em troca da retirada simultânea dos mísseis norte-americanos da Turquia — muito embora estes fossem obsoletos e já tivesse sido emitida uma ordem de retirá-los antes da irrupção da crise, visto que estavam sendo substituídos por submarinos Polaris. Seguramente este deve ser um dos pontos baixos na história da humanidade. Mas em geral é considerado significativamente como um episódio glorioso.

2) Em fevereiro de 1947, foram enviados para o Uruguai bombardeiros do Comando Aéreo Estratégico, armados com dispositivos nucleares, em uma demonstração de força no momento da posse do presidente do Uruguai.

3) Em maio de 1954, bombardeiros da CAE com armas nucleares voaram para a Nicarágua, como parte do pano de fundo para o golpe da CIA vitorioso na Guatemala, que naquele dia transformou-se em um verdadeiro inferno, sem qualquer fim em vista.

4) Em 1958, forças nucleares estratégicas norte-americanas se envolveram na invasão norte-americana do Líbano. Além disso, as forças invasoras norte-americanas desembarcaram com projéteis atômicos, ameaçando utilizar armas nucleares, caso o exército libanês tentasse resistir à invasão.

Podemos aprender muito com o estudo detalhado desses 19 casos — e não são os únicos em que se considerou seriamente o uso de armamentos nucleares. Outras potências também fizeram ameaças nucleares: por exemplo, a URSS, na época da invasão franco-britânica-israelense do Egito em 1956, e Israel, nas primeiras fases da guerra de 1973, quando o Egito e a Síria atacaram o exército ocupante israelense nos montes Sinai e Golan. Os que falam da probabilidade de guerra nuclear dificilmente são alarmistas.

A ideologia e a realidade da Guerra Fria

Por que as superpotências acumulam esses gigantescos sistemas de massacre e destruição potenciais? Cada uma tem

uma resposta que é a mesma. Cada superpotência descreve seu sistema como "defensivo". Cada uma está preocupada em deter seu violento adversário, cujo objetivo é dominar o mundo. Cada uma está tentando se defender, ao passo que a outra está tentando expandir seu poder, em uma espécie de jogo de soma zero: o que uma ganha, a outra perde. A forma como os ideólogos das duas superpotências descrevem o sistema não é totalmente falsa. Uma propaganda efetiva não pode ser inteiramente falsa. Mas, por outro lado, a verdade real do sistema é completamente diferente. Se queremos fazer mais do que protestar contra a destruição iminente, se queremos controlar e inverter a corrida para a aniquilação mútua, se queremos proteger as vítimas atuais e potenciais, então precisamos compreender a realidade que se encontra por trás da elaborada mitologia da Guerra Fria. Não é muito difícil, se atentarmos aos fatos. O fato básico e crucial, que nunca é demais repetir, é que o sistema da Guerra Fria é altamente funcional para as superpotências, e é por isso que ele persiste, apesar da probabilidade de mútua aniquilação no caso de uma falha acidental, que ocorrerá mais cedo ou mais tarde. A Guerra Fria fornece um arcabouço onde cada uma das superpotências pode usar a força e a violência para controlar seus próprios domínios contra os que buscam um grau de independência no interior dos blocos — apelando à ameaça da superpotência inimiga, para mobilizar sua própria população e a de seus aliados.

No caso da Guatemala em 1954, por exemplo, teria sido difícil — de fato, ridículo — para o governo norte-americano alegar que os Estados Unidos estavam ameaçados de destruição porque um governo reformista moderado, com políticas semelhantes às do *New Deal*, tentou expropriar terras inexploradas da United Fruit Company para transferi-las para camponeses miseráveis (oferecendo como compensação o mesmo tanto que a United Fruit dissera valerem as terras em uma fraude fiscal exemplar, proposta aquela que suscitou muita indignação em Washington). Mas as coisas apareceram a uma nova luz quando o governo Eisenhower anunciou que a Guatemala era simplesmente um posto avançado da Internacional Comunista, uma base avançada para uma superpotência com objetivos de conquista mundial, armada nuclearmente e com amplo recorde de brutalidade e atrocidades.

Com a cooperação da imprensa norte-americana e de outras instituições ideológicas, apresentou-se essa alegação ridícula, e nela se acreditou, para justificar a intervenção norte-americana, que salvaria o Mundo Livre da destruição por um inimigo de proporções hitlerianas. Quando a URSS invadiu a Hungria dois anos depois, ela recorreu a uma retórica essencialmente igual. Os líderes soviéticos não tiveram nem a originalidade de mudar o registro; a doutrina de Kruschev foi simplesmente uma transposição da doutrina de Eisenhower elaborada para justificar a imposição do governo de bandidos sanguinários na Guatemala.

Da mesma forma, a doutrina de Johnson, construída para justificar a invasão norte-americana da República Dominicana, para a suposta defesa contra o comunismo internacional, foi repetida praticamente nos mesmos termos na doutrina de Brejnev, formulada para legitimar a invasão soviética da Tchecoslováquia. Ambas foram "intervenções defensivas", empreendidas para repelir a ameaça da superpotência inimiga. A retórica que atualmente acompanha o apoio norte-americano ao massacre em El Salvador e a invasão soviética no Afeganistão é essencialmente a mesma. No Afeganistão, a liderança soviética realmente explora o conflito da Guerra Fria para fornecer uma justificação doméstica, como forma de aglutinar sua população em apoio à invasão. A explicação apresentada ao povo russo é a de que eles estão entrando no Afeganistão para defender um governo legítimo contra ataques patrocinados pelos poderes imperialistas, que têm planos sobre a própria URSS. O Afeganistão não é um inimigo muito plausível para a União Soviética nem para sua população, mas os Estados Unidos e a Europa Ocidental são. O meio mais efetivo para obter a provação do povo russo foi apresentar a invasão como um ato defensivo contra uma grande potência agressiva.

É exatamente da mesma forma, com quase as mesmas palavras, que a liderança política norte-americana, os jornalistas norte-americanos e o sistema intelectual norte-americano apresentam a Guerra do Vietnã ao povo norte-americano. Não estamos invadindo o Vietnã do Sul, mas respondendo a uma solicitação do governo legítimo para a defesa contra um agressor que era simplesmente o fantoche da grande superpotência inimiga. Os documentos mostram que os

planejadores norte-americanos, desde o final dos anos 40, sabiam muito claramente que estavam combatendo os movimentos nacionalistas da Indochina. Tentaram com muita tenacidade descobrir elos com o comunismo internacional, para fins propagandísticos, mas nunca conseguiram — não que isso tenha importância. Pois é instrutivo ver como a maioria dos comentaristas continua a se referir à invasão norte-americana do Vietnã do Sul em 1962, quando a força aérea norte-americana levou a cabo suas missões de desfolhamento e bombardeio da população rural (na época, cerca de 80% do povo sul-vietnamita), em uma tentativa de levá-los para campos de concentração ("aldeias estratégicas"), onde poderiam ser controlados pelo regime dependente imposto pelos Estados Unidos. Vinte anos mais tarde, após a extensão dessa agressão a toda a Indochina, ainda é quase impossível pronunciar as terríveis palavras: "agressão norte-americana", "a invasão norte-americana do Vietnã do Sul" — um recorde de subserviência à propaganda estatal que faria inveja a qualquer ditador.

Em suma, o sistema da Guerra Fria serviu em larga medida como o arcabouço ideológico para o Estado mobilizar sua população para intervenção e subversão. Esse arcabouço ideológico é necessário porque a realidade implica a aplicação de medidas muito vis, moralmente difíceis de serem aceitas pelas pessoas. Essas medidas também podem ser muito custosas em termos de vida e recursos materiais. Porém, a simetria entre as superpotências é apenas funcional. Os Estados Unidos vêm agindo dessa forma em uma extensão consideravelmente maior que a União Soviética, um reflexo do maior poder norte-americano. Em termos de grau de violência, número de países subvertidos, número de bombas lançadas e número de tropas além-mar, não há de forma alguma um equilíbrio equiparável.

A fragmentação da Grande Área

É este o tipo de sistema que foi a Guerra Fria. Hoje, estamos entrando nitidamente em uma nova fase, que pode ser chamada de Nova Guerra Fria. É razoável suspeitar que haverá algumas diferenças, bem como semelhanças, fundamentais entre as duas fases. Observemos primeiramente as diferenças. A mais fundamental — a que promete ser a mais significativa na moldagem do curso dos acontecimentos — é que a Nova Guerra Fria provavelmente se revelará como uma questão um tanto isolada para a liderança política norte-americana. Neste aspecto, será muito diferente da fase anterior da Guerra Fria.

Durante a Segunda Guerra Mundial, a maior parte do mundo industrial foi ou seriamente danificada ou totalmente destruída. Em contraste, os Estados Unidos floresceram durante a guerra, e a produção industrial aumentou. Isso levou a uma situação de extremo predomínio dos Estados Unidos sobre enormes parcelas do mundo industrial. Como formula corretamente um relatório da Comissão Trilateral, os Estados Unidos eram então "o poder hegemônico em um sistema de ordem mundial" e assim permaneceriam por um quarto de século. Em resposta à situação que se vinha desenvolvendo, durante a guerra ocorreu um certo planejamento a alto nível nos Estados Unidos. Estavam envolvidos a maioria dos planejadores da cúpula do Departamento de Estado e, claro, o Conselho das Relações Exteriores, que é essencialmente o *input* associado do processo de planejamento. Os planejadores sabiam que os Estados Unidos emergiriam da guerra como a potência dominante mundial, e passaram a determinar como poderia organizar-se o mundo, de forma a satisfazer seus interesses. Planejaram o conceito conhecido como a Grande Área.

A Grande Área devia incluir no mínimo o hemisfério ocidental, o antigo império britânico e o Extremo Oriente. O máximo seria o limite — o universo —, e qualquer ponto entre eles devia ser da Grande Área. A Grande Área devia ser organizada de forma a servir às necessidades da economia norte-americana, e isso, é claro, significa as necessidades dos que detêm e controlam a economia norte-americana — o que os cientistas políticos chamam de "o interesse nacional". Este era o plano a ser adotado e implementado no período pós-guerra.

Poucos anos depois da Segunda Guerra Mundial, o mundo estava dividido em dois blocos principais: o bloco soviético, que naquela época incluía apreensivamente a China, e o bloco da Grande Área, dominado pelos Estados Unidos. Durante a construção desse sistema, houve muitos conflitos no interior

dos grandes blocos. Na Grande Área, por exemplo, houve conflitos durante e após a Segunda Guerra Mundial entre os Estados Unidos e seus principais aliados. Houve uma espécie de miniguerra entre os Estados Unidos e a Grã-Bretanha durante a Segunda Guerra. Os Estados Unidos pretendiam que a Grande Área fosse construída de modo a responder às necessidades da economia americana. Isso significava expulsar a Grã-Bretanha de seus mercados tradicionais na América Latina e removê-la paulatinamente de lugares como a Arábia Saudita, onde estava e está o petróleo.

Usaram-se muitos estratagemas. Um deles foi a Lei de Empréstimo e Arrendamento.* Naturalmente, a Grã-Bretanha estava na linha de frente, ao passo que os Estados Unidos não queriam ser a potência no *front* — era sangrento demais. (É claro que foi a União Soviética que realmente enfrentou o maior impacto do ataque nazista.) A fim de manter a Grã-Bretanha na linha de frente, era necessário supri-la com a ajuda suficiente. Com efeito, o Projeto-de-Lei de Empréstimo e Arrendamento estipulava que as reservas britânicas não deviam baixar a menos de 600 milhões de dólares, o nível exigido para manter a Grã-Bretanha em luta na linha de frente da guerra contra a Alemanha. Ao mesmo tempo, também se estipulou que as reservas britânicas não deviam elevar-se acima de um certo nível, a saber, um bilhão de dólares. O raciocínio parece ter sido o de que, se a Grã-Bretanha estivesse em uma posição muito forte, ela seria capaz de resistir à penetração norte-americana nos mercados britânicos tradicionais e capaz de manter sua posição no Oriente Médio, e não era essa a forma em que supostamente devia-se organizar o mundo pós-guerra.

Percebeu-se que na Arábia Saudita o rei Ibn Saud queria ele mesmo pegar os lucros. Decidiu-se que ele deveria ser subornado para atender adequadamente aos interesses ocidentais. A primeira idéia foi que a Grã-Bretanha o pagaria. Mas isso foi considerado muito perigoso, pois a Grã-Bretanha poderia aproveitar a oportunidade "para trapacear as companhias americanas de petróleo que estavam fora da concessão", como elegantemente colocou o subsecretário da Marinha, William Bullitt. Por essa razão, os Estados Unidos deviam acertar suas contas com ele. Isso era um pouco complicado, pois o único expediente para tal era o Projeto de Empréstimo e Arrendamento, e de acordo com a lei o empréstimo só devia ser dado aos aliados democráticos que estavam lutando na guerra contra Hitler. Era um bocado difícil interpretá-la de modo a se aplicar a Ibn Saud. Deixando de lado a questão da democracia (a URSS estava recebendo auxílio de Empréstimo e Arrendamento), a Arábia Saudita não estava de forma alguma envolvida no conflito militar. Mas Roosevelt conseguiu. Em 1943, ele anunciou que, com a presente declaração, ele nomeava os árabes sauditas combatentes pela liberdade e aliados democráticos. Dessa forma, 100 milhões de dólares em auxílio de Empréstimo e Arrendamento foram concedidos à Arábia Saudita. Assim continuou também no período pós-guerra. A França foi despejada da Península Arábica com alguma tramóia legal, no final dos anos 40, e muito antes disso, o controle do petróleo do Oriente Médio — junto, é claro, com o petróleo norte-americano — estava firme e totalmente em mãos das corporações norte-americanas, intimamente ligadas ao Estado.

(*) *Lend-Lease Act*: lei aprovada pelo congresso americano em 1941, que autorizava o fornecimento de material e serviços aos aliados durante a Segunda Guerra Mundial. Embora a tradução literal (Lei de Empréstimo e Arrendamento) não seja a melhor, ela já é de uso consagrado em português. (N. T.)

Essa história é pertinente para a Guerra Fria hoje porque é importante entender a estrutura interna de um sistema que está despedaçando-se. O fato de que ele está despedaçando-se é muito importante para o futuro. No período pós-guerra inicial, os Estados Unidos agiram de modo a impedir o surgimento de um capitalismo nacional na Europa. Isso se conseguiu com a retirada à força da França e da Grã-Bretanha, em grau substancial, do Oriente Médio, e os Estados Unidos assumiram a maioria das concessões. A teoria por trás disso tudo foi apresentada em termos de energia, que então era e ainda é o foco de conflitos consideráveis no interior dos próprios blocos.

A teoria foi sucintamente expressa em um memorando do Departamento de Estado sobre a política do petróleo em 1944 que declarava que os Estados Unidos (as companhias petrolíferas norte-americanas) deviam reter seu controle absoluto no hemisfério ocidental, enquanto que, no resto do mundo, devia haver portas abertas para a penetração da iniciativa norte-

americana. Esta é uma intrigante interpretação da doutrina das portas abertas: mantemos o que possuímos e o resto deve-se abrir à concorrência (na qual esperamos nos desempenhar muitíssimo bem, dada a distribuição da riqueza e do poder). Grosseiramente, foi assim que as coisas evoluíram até o período inicial da Guerra Fria.

Havia um bocado de unidade, ou talvez melhor, de obediência. Não houve muita dissensão interna na aliança. Mas um pouco houve. Em 1956, por exemplo, a Grã-Bretanha e a França, com ajuda israelense, tentaram se reinstalar com atores efetivos no Oriente Médio, mas foram rapidamente expulsas.

Havia outros elementos de tensão e conflito, mas no conjunto era uma frente ocidental unificada sob liderança norte-americana. Isso valia para a Europa e também para o Japão. O Japão é agora um concorrente importante dos Estados Unidos, mas é um fenômeno, é claro, relativamente recente, e não vale para todo o período pós-guerra. Com efeito, até o início dos anos 60 o governo Kennedy estava preocupado com a viabilidade da economia japonesa. Pensava-se que teríamos de ajudá-la. De fato, foi só dos meados dos anos 60 em diante que a balança comercial entre o japão e os Estados Unidos se inclinou a favor do Japão, em parte como reflexo da Guerra do Vietnã. Embora a guerra fosse muito custosa para os Estados Unidos no final dos anos 60, a economia japonesa obteve lucros muitíssimo consideráveis com o seu papel de área próxima de aquisições a sustentar a guerra no Vietnã. Um dos segredos do milagre japonês foi o de estar exatamente no lugar certo quando os Estados Unidos combatiam na Coréia e no Vietnã.

Até o final dos anos 60 — até o custo da Guerra do Vietnã começar de fato a sangrar significativamente a economia norte-americana —, a aliança da Grande Área era um bloco totalmente obediente e unificado, apesar de algumas dissensões internas. Agora, essa situação é consideravelmente diferente. Primeiro e acima de tudo, a Europa Ocidental dirige-se, lenta mas inexoravelmente, para um grau de independência. Todos os anos há avanços: o bloco monetário, um parlamento, o diálogo euro-árabe e outros desdobramentos constantes. Será provavelmente um bloco euro-ocidental com amplo predomínio alemão e um papel subsidiário desempenhado pela França.

Outra manifestação da independência da Europa Ocidental é a resistência às medidas que vêm sendo instadas pelos Estados Unidos para reviver uma aguda confrontação de Guerra Fria. A Alemanha, por exemplo, vem-se recusando a romper os laços comerciais com a Europa Oriental ou a empreender um programa maciço de armamentos. Contudo, essas recusas são moderadas. Às vezes os europeus ocidentais concordam, e às vezes os acordos são muito perigosos.

Por exemplo, no outono de 1979, a Europa Ocidental, sob pressão norte-americana, concordou em providenciar a instalação dos mísseis com base terrestre Pershing II e os mísseis Cruise que podiam atingir a União Soviética. Isso incluirá mísseis posicionados na Alemanha. O tempo de vôo a Moscou é de 5 a 6 minutos, e os russos têm lembranças referentes à Alemanha. Este pode ter sido um dos fatores, não um fator principal, mas um dos fatores que levaram os russos à intervenção militar no Afeganistão. Se a Europa realmente vai concordar com a instalação desses mísseis, é algo que não é tão óbvio. É altamente possível que o acordo fracasse nos próximos anos.

Muito embora os países da Europa Ocidental tenham concordado em acompanhar os Estados Unidos nas sanções contra o Irã, foram muito explícitos ao dizerem que, com isso, esperavam adiar uma ação militar norte-americana e protelar o confronto, e talvez o holocausto nuclear que poderia resultar caso se procedesse à ação norte-americana. Então eles foram recompensados por esse gesto com a tentativa de resgate dos reféns, à qual a Europa Ocidental não reagiu com muito entusiasmo — para não dizer coisa pior.

Embora a Europa Ocidental ainda aceda à pressão norte-americana para manter ou elevar o nível de confrontação, ela o faz com enorme relutância, arrastando os calcanhares, pouco disposta a assumir as sanções econômicas contra a União Soviética, insistentemente recomendadas pelos Estados Unidos. Existem também poucas dúvidas de que a Europa Ocidental ocupará o vazio criado pela recusa norte-americana em fornecer alta tecnologia à União Soviética, novamente exacerbando os conflitos que se desenvolvem cada vez mais entre a Europa e os Estados Unidos.

Em relação ao Japão, é quase a mesma coisa. Os Estados Unidos estão tentando pressioná-lo, exatamente como fazem com a Europa, a grandes despesas militares. Os japoneses também estão arrastando os pés. Relutam em entrar no sistema de confronto, para onde os americanos tentam empurrá-los. Também aqui, às vezes os japoneses concordam, às vezes não. Enquanto isso, a Europa e o Japão estão adentrando cada vez mais áreas de interesse básico americano, como a Arábia Saudita.

Essas tendências parecem apontar na direção de uma fragmentação do mundo em vários blocos mais ou menos independentes, particularmente uma fragmentação da aliança da Grande Área em três blocos monetários e políticos. Um deles, com efeito, seria a Comunidade Econômica Européia que, com sua união monetária européia e outras instituições, está-se tornando lentamente uma Europa Ocidental independente dominada pela Alemanha. Outro seria um bloco norte-americano dominado pelos Estados Unidos — um bloco do dólar, incorporando boa parte do hemisfério ocidental e outras regiões, incluindo a maioria das regiões petrolíferas do Oriente Médio. Se assim não for, poderia haver uma grande guerra, pois é difícil imaginar que os Estados Unidos desistam dessas regiões. Em terceiro lugar, um bloco do iene, que talvez se assemelhasse cada vez mais com a "Nova Ordem", que levou à guerra no Extremo Oriente. Além desses três blocos, haveria um bloco russo, talvez incluindo alguns dos países da periferia do império soviético.

Um estudo recente da OCDE — a organização internacional dos poderes capitalistas industriais — discutiu uma série de possíveis cenários para o futuro. O tido como mais provável era algo semelhante a isso. Este é o tipo de situação que no passado repetidamente conduziu à guerra. Hoje em dia nos levaria a um tipo de guerra à qual a civilização não poderia sobreviver.

O outro fator que diferencia a nova fase da Guerra Fria é algo realmente novo na história da civilização industrial. Houve ao longo de boa parte da história o medo da escassez de recursos. Esse medo sempre foi superado seja pela descoberta de novos recursos, seja por aperfeiçoamentos tecnológicos. Pode haver novamente uma surpresa, mas parece que a pressão sobre recursos cada vez mais escassos se tornou qualitativamente diferente da do passado. O caso óbvio é a energia; mas não é de forma alguma o único. Em quase todos os lugares há uma efetiva ou iminente escassez de recursos, o que significa que os conflitos entre as unidades econômicas que competem entre si se tornarão mais ásperos e exacerbados. Isso compõe uma situação sinistra. Isso não passa desapercebido. Tem havido uma série de declarações recentes de diplomatas por todo o mundo, dizendo que a situação atual lembra a situação anterior à Primeira e à Segunda Guerra Mundiais, onde era evidente que os acontecimentos estavam-se encaminhando para a guerra. Não estava inteiramente claro o tipo de guerra, nem exatamente quais seriam os alinhamentos, mas estava claro que a situação estava escapando ao controle e apontando perigosamente para a guerra.

Embora a União Soviética seja um adversário militar dos Estados Unidos, não é de forma alguma um concorrente econômico. Ela ainda é uma unidade econômica muito atrasada. Quase tudo o que a URSS efetivamente produz são armamentos, e até isso geralmente não muito bem. O produto interno bruto da União Soviética mal chega à metade do dos Estados Unidos.

A Europa Ocidental, unidade industrial altamente avançada, é outra história. Ela é ligeiramente maior que os Estados Unidos, e opera a um nível tecnológico muito elevado, comparável ao dos EUA. Caso os Estados Unidos voltem ainda mais sua produção para o desperdício (produção militar) e a Europa não, as disparidades então aumentarão. Essa é uma das razões pelas quais os Estados Unidos estão tentando impelir a Europa e o Japão para uma maior produção militar (isto é, de desperdício). Contudo, não parece que a Europa ou o Japão venham a fazê-lo.

Algumas dessas questões econômicas se refletiram em passagens do discurso de Henry Kissinger em 1973, quando ele anunciou o "Ano da Europa". Ele afirmou que havia conflitos na Aliança Atlântica, problemas entre os Estados Unidos e a Europa Ocidental. Ele continuou descrevendo os conflitos. Entre eles, estava a relutância da Europa em dar o apoio necessário aos Estados Unidos.

Kissinger então descreveu a forma como deveria ser organizado o mundo. Descreveu o arranjo ideal como uma aliança entre as nações capitalistas industriais e seus dependentes,

com o controle dos Estados Unidos sobre a estrutura da ordem mundial. Outras potências, por sua vez, teriam responsabilidades regionais nessa estrutura da ordem mundial.

Contudo, continuava Kissinger, agora há a possibilidade de que a Europa se volte para um bloco comercial fechado, que incluiria o Oriente Médio e o norte da África e excluiria os Estados Unidos. De fato, se se desenvolvesse tal sistema — blocos comerciais contra os quais Kissinger advertia —, os Estados Unidos poderiam tornar-se uma potência de segunda classe, com responsabilidades regionais em uma estrutura da ordem mundial controlada por terceiros. Não é propriamente esse o quadro do mundo que os planejadores norte-americanos gostariam de contemplar. Essas possibilidades são diferenças totalmente significativas, que prometem tornar o sistema da Nova Guerra Fria diferente do anterior.

Continuidades

Observemos agora as continuidades essenciais entre a Velha e a Nova Guerra Fria, que persistem através das diferenças. Hoje, mais do que nunca, as superpotências destinam um volume crescente de estratégia e tecnologia militares não para uma guerra recíproca, mas para uma guerra contra os povos fracos e indefesos dos países subdesenvolvidos, que não podem reagir ao ataque. Isso inclui, entre outras coisas, helicópteros, napalm, forças de rápido deslocamento e armas nucleares táticas. Elas não se destinam a guerras contra nações poderosas. Com elas você travaria uma guerra de destruição total, para impedir que os outros o destruam. É claro que isso seria impossível, mas é a única forma como se poderia travar uma guerra dessas — isto é, em poucos dias.

Essas guerras contra os fracos continuarão a ser conduzidas sob a rubrica do sistema da Guerra Fria, ou seja, sob o velho pretexto de estarmos de alguma forma defendendo a liberdade contra a investida furiosa do imperialismo russo. Uma descrição acurada do poder mundial russo daria uma visão completamente diferente. Em certo sentido, o poder russo provavelmente atingiu seu auge no final dos anos 50, e desde então vem lentamente declinando, assim como os Estados Unidos. Embora haja umas poucas áreas onde avançou

o poder russo, houve importantes derrotas. A maior delas foi, sem dúvida, a saída da China do sistema de influência soviética, que provocou uma grande alteração no equilíbrio mundial de poder. Os russos também sofreram recuos na Indonésia, Egito, Somália, Sudão e Iraque, ao lado de ganhos em outros lugares.

É muito revelador observar como o sistema de propaganda norte-americano reage a essas alterações. Por exemplo, quando os russos tinham influência predominante na Somália, isso era apresentado como uma das grandes ameaças à paz mundial, pois a Somália dominava o oceano Índico. Então, quando os russos foram expulsos da Somália e os Estados Unidos lá entraram, de repente pareceu que a Somália não tinha importância alguma. É a Etiópia que conta — é a Etiópia que controla o oceano Índico. Ela não tinha tanta importância quando era satélite norte-americano.

Quando observamos as estimativas norte-americanas sobre o poder militar russo, encontramos tramóias parecidas na forma de elaborá-las. Existem infindáveis artigos e declarações que alegam que os russos estão nos ultrapassando enormemente nos gastos militares. Ocasionalmente surge uma análise confiável. Existe uma muito boa de Frank Holtzman, um economista de Tufts cuja especialidade é economia russa.[1] Ele explica como a CIA estima as despesas russas.

A CIA constrói o que se chama um equivalente-dólar do esforço militar soviético. Então surge a questão: o que nos custaria para fazer o que eles fazem? Mas o sistema militar russo se baseia em trabalho intensivo, ao passo que o nosso se baseia, é claro, em capital intensivo. Entre nós, o trabalho é caro; para eles, é barato. Para nós, o capital é relativamente barato; entre eles, é caro. Isso significa que seria muito caro para nós fazer o mesmo que eles fazem; de fato, para nós é relativamente barato ter uma força militar de alta tecnologia com um número relativamente pequeno de indivíduos. E vice-versa para eles. Portanto, se traduzimos os custos para reproduzir o sistema deles, sai muito caro. Da mesma forma, seria enormemente dispendioso para nós reproduzir o sistema agrí-

(1) Frank Holtzman, "Are the Soviets Really Outspending the US on Defence?", *International Security*, primavera de 1980.

cola soviético, mas disso não concluímos que estamos muito atrasados nesta área em relação a eles.

Vamos agora inverter e construir um equivalente-rublo para nosso sistema militar. Então se revela que o equivalente-rublo é infinito — isto é, não há jeito de eles reproduzirem nosso sistema. Gastariam todos os rublos que têm e simplesmente não conseguiriam construir nosso sistema militar, pois a tecnologia é avançada demais para que a reproduzam.

Holtzman também destaca que há neste âmbito uma impressionante contradição entre o quadro apresentado ao público e a informação dada ao Congresso. Por um lado, quando o sistema militar se dirige ao público, ele alega que os russos estão nos superando nos gastos em defesa; mas, por outro lado, quando a Junta de Comandantes do Estado-Maior comparece ao Congresso, ela sempre diz que somos muito mais fortes militarmente do que os russos. Obviamente, não é possível que ambas as declarações sejam verdadeiras. Além do mais, a OTAN supera em todas as medidas os gastos do Pacto de Varsóvia, e muito do esforço militar soviético se dirige contra a China. O poder militar soviético é indubitavelmente uma grande ameaça para o mundo, mas o quadro apresentado ao público ocidental é muito enganador. Essas são todas partes de uma estratégia que está sendo usada domesticamente para convencer o público a apoiar a renovação do sistema de Guerra Fria — um sistema que está para ser usado da mesma forma como o foi no passado: para a guerra contra os fracos. É por isso que os povos que supostamente seriam defendidos por ele são geralmente os mais apreensivos em relação a isso. Não querem ser "defendidos", pois sabem que isso é um pretexto para justificar a intervenção militar norte-americana em suas regiões. Por exemplo, a imprensa do Kwait, totalmente conservadora e anticomunista, apresenta fortes objeções contra os perigos do intervencionismo norte-americano na região, e mesmo a Arábia Saudita já advertiu contra ele, assim como o México em relação à América Central.

Com efeito, é muito bom para o mundo que tenha fracassado a tentativa norte-americana do resgate dos reféns no Irã. Se tivesse dado certo, apesar dos agudíssimos conflitos entre os países árabes e o Irã, os árabes provavelmente teriam apoiado o Irã contra quaisquer medidas tomadas pelos Estados Unidos. Poderíamos presenciar uma grande explosão

política nas regiões petrolíferas, capaz de fazer sucumbir a civilização industrial.

Isso pode acontecer na próxima vez que os Estados Unidos recorrerem a uma ação militar. O Oriente Médio continua a ser uma região muito instável. Na Arábia Saudita, por exemplo, houve uma série de tentativas de golpe nos últimos anos. Há muita intranqüilidade nesses países, onde uma pequeníssima elite dirigente controla economias extraordinariamente ricas, e boa parte da população em geral vive na miséria. É uma situação muito perigosa e instável, que pode explodir a qualquer momento.

Um outro aspecto em que, provavelmente, a Nova Guerra Fria será semelhante à antiga é o Oriente Médio como seu foco de interesse. Quando foram anunciados a Doutrina Truman e o Plano Marshall, seu foco de atenção não estava propriamente na Europa. Havia o receio de que a guerra na Grécia e a instabilidade da Turquia extravasassem para o Oriente Médio, o centro dos principais recursos energéticos. Era a versão primeira da Teoria do Dominó. Atualmente, a preocupação pelo Sudoeste da Ásia também se orienta para o Oriente Médio, que continua a ser a principal fonte de energia relativamente barata para o mundo. Qualquer ameaça ao domínio norte-americano nas áreas petrolíferas poderia levar a um conflito explosivo internacional. Esta é uma das mais persistentes e perigosas continuidades entre a Velha e a Nova Guerra Fria.

Armas nucleares e opressão no Terceiro Mundo

Entretanto, é importante lembrar que as forças nucleares estratégicas e as "forças convencionais" tendem a crescer paralelamente. O governo Kennedy criou a corrida armamentista atual quando entrou em um enorme programa de keynesianismo militar, justificando a construção de armas estratégicas na base de um falso abismo entre os mísseis. Simultaneamente, ele inaugurou a "era da contra-insurgência", uma época de subversão e agressão direta que levou a morte e a miséria a muitos milhões de pessoas em todo o mundo. Hoje estamos em um período muito parecido. Quando os B-52 lançam bombas no deserto egípcio, na Operação Estrela Cinti-

lante, não é a URSS que está sob ameaça, mas sim os povos do Oriente Médio e da África. Quando os Estados Unidos empreendem manobras navais no mar do Caribe, como fizeram no verão passado, a vítima não é a União Soviética, mas Granada, El Salvador, Nicarágua e Cuba. Não é muito provável que as armas nucleares táticas venham a ser usadas contra os russos, mas podem muito bem ser usadas contra oponentes muito fracos para revidar. Comentários semelhantes também se aplicam totalmente à doutrina da "reação flexível". Se invadimos o Vietnã do Sul, como fizemos há vinte anos atrás, para nós é uma guerra limitada, mas para as vítimas é uma guerra total — algo que se aproxima das dimensões de uma guerra nuclear, um fato que, para nós, é extremamente fácil ignorar e esquecer.

Nesse aspecto, a função real de "nossas capacidades nucleares estratégicas" às vezes pode ser discernida até nos pronunciamentos dos propagandistas e planejadores. Considerem, por exemplo, as palavras do secretário de Defesa do presidente Carter, Harold Brown, em sua exposição ao Congresso sobre o orçamento militar proposto, em 29 de janeiro de 1980: "Nossas capacidades nucleares estratégicas", disse ele, "dão a base em que se apóia nossa segurança". Decisivamente, "com elas, nossas outras forças se tornam instrumentos significativos do poder político e militar". Muito verdadeiro, e é a questão real.

Não é nada improvável que nas próximas décadas haja uma grande guerra nuclear. Ela não irromperá na Europa, mas em alguma região do Terceiro Mundo. Talvez algum país recorra a tais armas, em um momento de desespero, para defender o que seus líderes considerem de interesse vital, envolvendo as superpotências na escalada do conflito. O Oriente Médio, com suas enormes reservas de energia relativamente barata e abundante, é o candidato mais provável, embora possam-se analisar facilmente outras possibilidades: imaginem, por exemplo, o que poderia ter acontecido se a URSS tivesse reagido à invasão chinesa do Vietnã em 1979. Se estamos seriamente interessados em evitar uma guerra nuclear, devemos dirigir primariamente nossa atenção para o papel dos Estados Unidos na manutenção e intensificação do conflito e da opressão nos domínios de sua influência e poder, e para sua cumplicidade tácita com a superpotência inimiga, na manutenção do sistema de Guerra Fria de confronto para vantagens mútuas.

Nosso protesto contra a expansão da corrida armamentista nuclear é vital, mas devemos lembrar que, para uma grande parte do mundo, ele é apenas de importância secundária e pode mesmo parecer irrelevante. Neste exato momento, o exército indonésio está executando mais uma grande campanha militar em Timor, desta vez ameaçando com uma Solução Final, em um país onde cerca de 1/4 ou 1/5 da população foi exterminada nos últimos anos, com armas que os Estados Unidos venderam à Indonésia, com pleno conhecimento de que seriam usadas para essa finalidade. Talvez daqui a uns cinco anos, um jornalista dessa cruzada exponha os fatos. Este ano, já foram assassinados 4 000 hindus na Guatemala, por um regime que nós colocamos no poder com fortes doses de violência; enquanto isso, dezenas de milhares de pessoas morrem de fome e a maioria das colheitas são exportadas para nosso lucro, em um país onde 80% da força de trabalho labuta em condições de semi-escravidão. É essencial que nos mobilizemos contra os perigos atuais de um holocausto nuclear. Mas deveríamos também pensar sobre os custos permanentes desses sistemas de repressão. Às vezes, é mais difícil apreendê-los do que o perigo de um confronto nuclear final. Mas são eles o sentido real da Guerra Fria. Não devemos esquecê-los quando voltamos nossa atenção para o perigo de que esse sistema de massacre e opressão possa finalmente também nos engolir.